THE
MAGAZINE
OF THE
ROYAL
SOCIETY

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 001/2024

O Edital nº 001/2024, publicado no Diário Oficial do Município de Macaparana nº 001/2024, denominado "A aquisição de equipamentos tais como ar condicionado, notebooks e impressoras para atender as necessidades da Câmara Municipal de Macaparana", não se aplicam os artigos 1º e 2º do presente Edital, que prevêem a contratação de serviços de manutenção, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

Trata-se presente de RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO apresentada pela SRA. MARIA LUIZ DE SOUZA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 16.000.000/0001-90, com sede na Av. Getúlio Vargas nº 47, Centro, Candeias/PE (CEP nº 55.000-000), que apresentou impugnação aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2024.

Destarte, passamos a esclarecer a demanda informando o se segue:

I - DA TEMPTIVIDADE DA SOLICITAÇÃO:

A impugnação foi enviada por e-mail no dia 16/07/2024 às 17h45min. Consideramos que a impugnação foi apresentada de acordo com as disposições do Edital, uma vez que a comprovação da existência (daquela) que a suscitou, porquanto não foi apresentada pelo contrato social, não requer documentos comprobatórios de sua existência, visto que passa-se aos esclarecimentos.

II - DO FUNDAMENTO:

Em suas razões, o postulant questiona alguns pontos do edital, resumindo-se a:

1. Exclusão da necessidade de apresentação de atestado de capacidade técnica.

III - DA RESPOSTA:

Primeiramente, é importante destacar que conforme a inteligência do Art. 14º do Lei 14.132/2012, o processo licitatório tem por objetivo assegurar a seleção da proposta mais e gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.

Entende-se que a licitação é um procedimento administrativo orientado ao atendimento de certas finalidades, não é um fim em si mesma, mas um instrumento para o atendimento de certas finalidades, que, no caso em apreço, é a aquisição de equipamentos tais como ar condicionado, notebooks e impressoras para atender as necessidades da

Comissão Municipal de Macaparana na apuração dos pontos dos credores, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

Em homenagem aos princípios de vinculação ao instrumento convocatório e ao princípio do julgamento objetivo, passamos a esclarecer as alegações da solicitante:

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A insatisfação da solicitante reside no fato de o edital consistir de item "12.1.4" e a exigência de apresentação de atestado de Capacidade Técnica para fins de habilitação, certo.

Tal bem, considerando que a nova Lei de Licitações (Lei nº 14/2021) passou a ser de natureza obrigatória, salvo algumas exceções, para os Órgãos de Administração Pública desde janeiro do corrente ano, passamos então, a atualizar os editais de licitações desta entidade.

Neste toar, de fato, a exigência de atestado de capacidade técnica para o objeto de licitação em apreço se torna dispensável, pois, conforme entendimento recente do TCU, mesmo no fornecimento de bens, a de se verificar, em cada caso, a necessidade de tal exigência.

Essa obrigação, entretanto, não é meramente formalizada e esta sempre subordinada a uma utilidade real, ou seja, deve ser a mínima exigência capaz de assegurar, com algum grau de confiança, que a empresa contratada será capaz de fornecer os bens ou serviços adquirentes. Em consequência, a documentação a ser fornecida deve **parar a relação** com o objeto pretendido no sentido de que análises mais simples demandarão, mesmo comprovadas, a contratação apenas de uma empresa que exatidão mais avançada.

Modo como constata-se que não há, a rigor, a necessidade de [re]publicação do edital, reabrindo-se o prazo inicial. Porquanto a alteração [retirada] da exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica que se promovera não comprometerá a validade das propostas, haja vista que não houve alteração na especificação dos bens, consumo, quantidade, mas apenas a simplificação da documentação.

Assim é de esperar, a fim de garantir a ampla competitividade neste certame, que a licitante participante a empresa **SETTA TELECOM LTDA**.

DA CONCLUSÃO

Das razões de fato e direito acima aduzidas, concluiu a presente pelo impugnatório, por ser tempestivo, e pelo **DECISO POR DAR-SE PROVIMENTO PARCIAL**, para fins de eliminação da exigência de comprovação de qualificação técnica por não ser necessária.

Atenciosamente, **Comissão Municipal de Macaparana da BNC**.

Objeto: Resolução de alteração nas atas do Conselho Municipal de Educação, nos moldes da Lei nº 12.527/2012, para o registro de Atas Eletrônicas para o período de 2013 a 2014.

PE 10 de julho de 2014

Eu, **JONAS VÁRIAS DOS SANTOS**,
Presidente do Conselho Municipal de Educação,
delego a assinatura desta Resolução para o **JONAS VÁRIAS DOS SANTOS**,
Presidente do Conselho Municipal de Educação, para o período de 2013 a 2014.

JONAS VÁRIAS DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Educação